

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRACICABA/MG

Ata da 16º reunião ordinária realizada em 19 de maio de 2004.

Ao décimo nono dia do mês de maio de 2004, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba/MG reuniu-se em sua sede à Rua Santa Lúcia, 291 B: Aclimação – João Monlevade. A reunião teve início às 09:00 horas sendo presidida por Vinícius Moraes Perdigão que fez uma breve apresentação da Bacia do Rio Piracicaba, da composição e finalidade do comitê aos presentes em seguida realizou a confirmação de presença dos membros titulares e suplentes conforme lista de presença, registrou a presença dos representantes do Deputado Federal João Magno, Deputado Federal Ivo José e da CIPE Rio Doce, justificando ausência do Sr. José Narciso C. Cerqueira (DER), Deputada Cecília Ferramenta (ALEMG), Deputado Chico Simões (ALEMG) e Dione Maria Drummond Gervásio (14ª SER). Em seguida foi realizada leitura da ata anterior que não foi aprovada, ficando para ser discutido no próximo encontro o questionamento feito pelo Sr. João Bosco da Silva (ACESITA) em relação ao exposto nas linhas 21 (vinte e um), 22 (vinte e dois) e 23 (vinte e três) que diz respeito ao programa de despoluição para o município de Itabira com a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto. Prosseguindo o Sr. Augusto Espescht fez a confirmação de presença das instituições/órgãos que se inscreveram para concorrer a uma vaga na nova composição do comitê; Vinícius falou das principais atividades do CBH Piracicaba/MG e do planejamento para o ano de 2004 (quadro de metas, instrumentos de gestão, agenda de reuniões). Dando seguimento com a palavra a Sra. Valdete do IGAM fez os seguintes esclarecimentos: a composição de comitês foi regulamentada através da Deliberação Normativa nº 04 de fevereiro de 2002 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos que estabelece diretrizes para o funcionamento, onde todos os comitês que foram criados em desacordo com as normas estabelecidas na primeira eleição devem estar se adequando, em função disto algumas instituições/órgãos que integravam o comitê hoje já não podem mais, a instrução estabelece também que o IGAM coordene o processo de escolha das entidades sendo que a finalidade desta reunião é para fazermos a eleição das instituições/órgãos que irão compor o comitê, como a lei estabelece que pode se ter um membro titular de uma instituição/órgão e o suplente de outra distintamente que é uma forma de se estar contemplando o maior número de participantes na bacia para estar na composição do comitê; esclareceu que os representantes do segmento de usuários serão escolhidos dentre as organizações que fazem uso direto ou indireto das águas superficiais ou subterrâneas captando-as, armazenando-as ou utilizando-as para dejetos tais como: companhias de saneamento e companhia de geração de energia conforme artigo 13 da DN nº 04 existentes na respectiva bacia hidrográfica; outra dúvida conforme artigo 14 da DN nº 04 diz que os representantes do segmento de sociedade civil serão escolhidos dentre as entidades não governamentais legalmente constituídas ou seja a procuradoria jurídica do IGAM estabeleceu que no regulamento que acompanha o edital de convocação as mesmas devem ter pelo menos um ano de existência cujas atuações sejam relacionadas aos recursos hídricos, outro ponto é sobre a eleição da diretoria que de acordo com o artigo 16 da DN nº 04 estabelece-se que somente poderá ser realizada após publicação do ato governamental de nomeação dos membros; informou que para se fazer uma gestão descentralizada e participativa o IGAM não impõe nenhum critério para que os segmentos elejam dentre seus pares quem irá compor o comitê de bacia, a decisão dos critérios a serem adotados advém dos participantes onde o IGAM fará intervenções somente se houver impasses e seja solicitado; outra questão é que a ausência de algum habilitado não inviabiliza sua participação para compor o comitê e que dentre as instituições de usuários não habilitados estão: FERMAG, Auto Posto Esplanada e Associação dos Produtores Rurais de Mariana (não

apresentaram outorga); sociedade civis não habilitadas (CODEMA – não participa dos comitês, a representação é feita pelas Prefeituras Municipais), Fundação São Francisco Xavier, Centro Biodiversidade da USIPA, Associação de Moradores Granja Vagalume, Associação de Proteção de Animais Francisco de Assis, União Operária do Bairro Vista Alegre, Rotary Clube de Itabira, CREA – Itabira, Cáritas Diocesana (nada consta nos estatutos que tenham ações voltadas para o meio ambiente), sendo que a Comissão Pastoral da Terra apresentou documentação com as devidas alterações que garante total legalidade para se habilitar. Em relação a Cáritas Diocesana foi buscado suporte na procuradoria jurídica do IGAM e como não foi encontrado nada no estatuto que fundamente sua habilitação a plenária votou contra e sobre a ASPARD - Associação dos Amigos Pescadores do Rio Doce conforme estatuto sua data de fundação é 04/12/00; enfim solicitou aos representantes das entidades que se sentirem prejudicadas para se reportarem à assessoria jurídica do IGAM. Prosseguindo com a reunião dividiu-se os segmentos em grupos para eleição das vagas entre titulares/suplentes que ficaram assim definidas: Poder Público Estadual - Titulares e suplentes (EMATER, ALEMGO, IGAM, RURALMINAS, IEF, DER, SER, IMA, PMMA); Poder Público Municipal - Titulares (Pref. Mun. Mariana, Pref. Mun. Catas Altas, Pref. Mun. Santa Bárbara, Pref. Mun. João Monlevade, Pref. Mun. Itabira, Pref. Mun. Nova Era, Pref. Mun. Timoteo, Pref. Mun. Coronel Fabriciano, Pref. Mun. Ipatinga), Suplentes (Pref. Mun. Barão de Cocais, Pref. Mun. Catas Altas, Pref. Mun. Santa Bárbara, Pref. Mun. São Domingos do Prata, Pref. Mun. Itabira, Pref. Mun. Bela Vista de Minas, Pref. Mun. Marliéria, Pref. Mun. Coronel Fabriciano, Pref. Mun. Ipatinga); Sociedade Civil – Titulares (Itabira Século XXI, FUNCESI, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Bárbara /Catas Altas, Associação dos Pequenos Produtores de São Domingos do Prata, Associação Defesa Consumidor Nova Era, AESSE, Fundação Relictus, Comissão Pastoral da Terra, Unileste), Suplentes (Interassociação dos Amigos de Itabira, Movimento Pró Rio Doce, Comissão Municipal Permanente da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, Fundação Monique Leclercg, FUNCEC, AMEPI, Associação dos Pescadores Amigos do Rio Doce e seus afluentes, Associação dos Artesões de Antônio Dias, Associação Comunitária de Brumal); Usuários – Titulares (ACESITA, CEMIG, BELGO, USIMINAS, SAMARCO MINERAÇÃO, SÃO BENTO MINERAÇÃO, COPASA, ASSEMAE, CENIBRA), Suplentes (USIMINAS COURT, USIMINAS MECÂNICAS, GERDAU, UNIGAL, VALE DO RIO DOCE, BELMONT, CALSETE, DAE, Sindicato dos Produtores Rurais de Ipatinga). Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, eu Keila Aparecida Santos, lavrei a presente ata que após lida e se aprovada será assinada pelo presidente.

João Monlevade, 19 de maio de 2004.

VINÍCIUS MORAES PERDIGÃO
Presidente – EMATER/MG